



Instituto
de Apoio
à Criança

CEDI CENTRO
DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO
SOBRE A INFÂNCIA

InfoCEDI



DEZEMBRO 2008

N.º 10

BOLETIM DO CENTRO DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO SOBRE A INFÂNCIA
DO INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA

Sobre Educação para os Direitos Humanos e da Criança

definimos

Direitos Humanos:

Os direitos humanos são garantias jurídicas universais que protegem os indivíduos e grupos contra acções que interferem com as suas liberdades fundamentais e dignidade humana. As normas de direitos humanos obrigam os Governos a fazer determinadas coisas e proibem-nos de fazer outras. Algumas das mais importantes características dos direitos humanos são as seguintes:

- São garantidos internacionalmente;
- São juridicamente protegidos;
- Centram-se na dignidade da pessoa humana;
- Protegem os indivíduos e grupos;
- Obrigam os Estados e os agentes estaduais;
- Não podem ser retirados/negados;
- Têm igual importância e são interdependentes;
- São universais.

Os direitos humanos e liberdades fundamentais aparecem enunciados na **Declaração Universal dos Direitos Humanos** e em diversos tratados (também chamados de “pactos” e “convenções”), declarações, directrizes e conjuntos de princípios, elaborados pelas Nações Unidas e organizações regionais. Incluem uma ampla variedade de garantias, abrangendo praticamente todos os aspectos da vida e actividade humanas. Entre os direitos garantidos a todos os seres humanos, contam-se:

- O direito à vida;
- A proibição da tortura e das penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes;
- A proibição da prisão ou detenção arbitrária;
- O direito a um julgamento justo;
- A proibição da discriminação;
- O direito a igual protecção da lei;
- A proibição de intromissões arbitrárias na vida privada, família, domicílio ou correspondência;

"Imagine, in John Lennon's immortal words, all people living life in peace. Then begin, through incremental changes, to make that dream a reality. This is the foundation of human rights service-learning".

[AI-USA e HREA \(2007, p. 15\)](#)

- As liberdades de associação, expressão, reunião e movimento;
- O direito de procurar e de beneficiar de asilo;
- O direito a uma nacionalidade;
- As liberdades de pensamento, de consciência e de religião;
- O direito de voto e de tomar parte na direcção dos negócios públicos do país;
- O direito a condições de trabalho justas e favoráveis;
- O direito a condições adequadas de alimentação, abrigo, vestuário e segurança social;
- O direito à saúde;
- O direito à educação;
- O direito à propriedade;
- O direito de participar na vida cultural;
- O direito ao desenvolvimento (O direito ao desenvolvimento implica que "Todos têm o direito de participar no desenvolvimento económico, social, cultural e político, de para ele contribuir e de gozar os seus frutos". Este direito inclui o controlo permanente sobre os recursos naturais, a autodeterminação, a participação popular, a igualdade de oportunidades e a melhoria das condições adequadas ao gozo dos outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais).

Definição retirada de **Formação em Direitos Humanos - Manual sobre a Metodologia da Formação em Direitos Humanos** (2000), publicado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

[Disponível on-line »](#)

Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Adoptada e proclamada pela Assembleia Geral na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948.

Constitui um dos documentos básicos das Nações Unidas e o primeiro instrumento internacional que enuncia direitos de carácter civil e político, mas também de natureza económica, social e cultural de que todos os seres humanos (incluindo as crianças) devem beneficiar. O seu artigo 25.º reconhece que "a maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais." Refere igualmente que "todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma protecção social."

[Disponível on-line »](#)

*Cronologia da acção da
UNICEF em prol dos
Direitos da Criança:*

1946- A UNICEF é criada pelas Nações Unidas com a missão de prestar ajuda de emergência às crianças europeias após a II Guerra Mundial.

1950- O mandato da UNICEF é alargado de maneira a englobar as crianças dos países em desenvolvimento.

1953 - A UNICEF torna-se um organismo permanente das Nações Unidas, com um mandato renovado por tempo indeterminado.

1959 - A Declaração dos Direitos da Crianças é adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, pondo a tónica no direito das crianças à educação, a cuidados de saúde e a uma nutrição adequada.

Educação para os Direitos Humanos:

“Human rights education is the teaching and learning of human rights principles and values as contained in the Universal Declaration of Human Rights (UDHR). Human rights education informs people of their rights, provides information about the international human rights system, and gives people the skills and attitudes that lead to the protection and support of human rights.

Human rights education is central to the human rights framework. All individuals must be aware and informed of their rights in order to claim those rights and to hold governments accountable for protecting those rights. In schools, human rights education is essential to prepare young people to participate in society and develop fully as individuals. Article 26 of the UDHR guarantees the right to education and states that:

Education shall be directed to the full development of the human personality and to the strengthening of respect for human rights and fundamental freedoms. It shall promote understanding, tolerance and friendship among all nations, racial or religious groups, and shall further the activities of the United Nations for the maintenance of peace.”

Definição retirada de **Human Rights and Service-Learning: Lesson Plans and Projects** (2007), publicado pela [Amnesty International-USA](#) e [Human Rights Education Associates \(HREA\)](#). Este documento inclui planos de lições e listas de recursos para o ensino dos Direitos Humanos.

[Disponível on-line em inglês»](#)

Sobre Educação para os Direitos da Criança definimos

Declaração dos Direitos da Criança:

Documento adoptado pela [Assembleia Geral das Nações Unidas](#) em 1959, pondo a tónica no direito das crianças à educação, a cuidados de saúde e a uma nutrição adequada. Constituído por 10 princípios, impunha meras obrigações de carácter moral sem significativa força jurídica.

A diferença fundamental entre este texto meramente proclamatório e a Convenção sobre os Direitos da Criança consiste em que é esta última que vai conceder força jurídica internacional aos direitos da criança e tornar os Estados que nela são Partes juridicamente responsáveis pela realização dos direitos da crianças e por todas as acções que tomem em relação às crianças.

[Disponível on-line »](#)

1965 - A UNICEF é distinguida com o Prémio Nobel da Paz pelo seu contributo para a "promoção da fraternidade entre as nações".

1989 - A Convenção sobre os Direitos da Criança é adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e torna-se pouco tempo depois no tratado de direitos humanos mais amplamente aceite de todos os tempos.

1990 - A Cimeira Mundial para as Crianças, uma reunião sem precedentes de dirigentes mundiais, estabelece metas e objectivos relativos à saúde, nutrição e educação das crianças.

2000 - A Declaração do Milénio é adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e define uma série de objectivos de desenvolvimento que dão prioridade à saúde e à educação das crianças a nível mundial.

Convenção sobre os Direitos da Criança:

Documento adoptado por unanimidade pelas [Nações Unidas](#), em 20 de Novembro de 1989, que enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais – os direitos civis e políticos, e também os direitos económicos, sociais e culturais – de todas as crianças, bem como as respectivas disposições para que sejam aplicados.

Este tratado resulta de dez anos de consultas e negociações entre representantes dos governos, juristas, profissionais de saúde, de serviços sociais, educadores, grupos que se dedicam às crianças, organizações não governamentais e grupos religiosos de todo o mundo.

Não é apenas uma declaração de princípios gerais; quando ratificada, representa um vínculo jurídico para os Estados que a ela aderem, os quais devem adequar as normas de Direito interno às da Convenção, para a promoção e protecção eficaz dos direitos e Liberdades nela consagrados. A Convenção estabelece normas mínimas a aplicar pelos governos para garantir os cuidados de saúde, educação e protecção jurídica e social das crianças nos seus países. Numa perspectiva inovadora, a criança é considerada, pela primeira vez, como sujeito autónomo de direitos e não apenas objecto de protecção.

Este tratado internacional é um importante instrumento legal devido ao seu carácter universal e também pelo facto de ter sido ratificado pela quase totalidade dos Estados do mundo (192). Apenas dois países, os Estados Unidos da América e a Somália, ainda não ratificaram a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Portugal ratificou a Convenção em 21 de Setembro de 1990.

A Convenção assenta em quatro pilares fundamentais que estão relacionados com todos os outros direitos das crianças:

- **a não discriminação**, que significa que todas as crianças têm o direito de desenvolver todo o seu potencial – todas as crianças, em todas as circunstâncias, em qualquer momento, em qualquer parte do mundo.
- **o interesse superior da criança** deve ser uma consideração prioritária em todas as acções e decisões que lhe digam respeito.
- **a sobrevivência e desenvolvimento** sublinha a importância vital da garantia de acesso a serviços básicos e à igualdade de oportunidades para que as crianças possam desenvolver-se plenamente.
- **a opinião da criança** que significa que a voz das crianças deve ser ouvida e tida em conta em todos os assuntos que se relacionem com os seus direitos.

2001- O Movimento Global para as Crianças começa a mobilizar os cidadãos do mundo a favor dos direitos da criança. A campanha "Diga Sim às Crianças" reúne mais de 94 milhões de assinaturas.

2002- A Sessão Especial das Nações Unidas dedicada às crianças realiza-se em Nova Iorque. Nela são reafirmados os compromissos assumidos para com as crianças e definidas as etapas necessárias para construir "[Um Mundo para as Crianças](#)".

[UNICEF, Um Olhar sobre a UNICEF, 2004 \(p. 29\)](#)

A Convenção contém 54 artigos, que podem ser divididos em quatro categorias de direitos:

- **os direitos à vida e à sobrevivência** (ex. o direito à saúde e a cuidados adequados)
- **os direitos relativos ao desenvolvimento** (ex. o direito à educação, à cultura e à actividade lúdica)
- **os direitos relativos à protecção** (ex. o direito de ser protegida contra a violência e a exploração)
- **os direitos de participação** (ex. o direito de exprimir a sua própria opinião)

[Disponível on-line »](#)

Para melhor realizar os objectivos da CDC, a Assembleia Geral da ONU adoptou a 25 de Maio de 2000 dois Protocolos Facultativos:

Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis (ratificado por Portugal a 16 de Maio de 2003).

[Disponível on-line »](#)

Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados (ratificado por Portugal a 19 de Agosto de 2003).

[Disponível on-line »](#)

As informações acima apresentadas foram retiradas e adaptadas dos sites da [Unicef Portugal](#) e do [Gabinete de Documentação e Direito Comparado](#).

Convenção Europeia de Protecção da Criança

[Disponível on-line »](#)

Sobre Educação para os Direitos Humanos recomendamos

A [Amnistia Internacional Portugal](#) disponibiliza às escolas um **Kit de Actividades para Escolas** sobre os Direitos Humanos em que propõe muitas e variadas actividades para vários níveis de escolaridade.

[Disponível on-line »](#)

"Human rights education can be defined as education, training and information aimed at building a universal culture of human rights. A comprehensive education in human rights not only provides knowledge about human rights and the mechanisms that protect them, but also imparts the skills needed to promote, defend and apply human rights in daily life. Human rights education fosters the attitudes and behaviours needed to uphold human rights for all members of society. Human rights education activities should convey fundamental human rights principles, such as equality and non-discrimination, while affirming their interdependence, indivisibility and universality. At the same time, activities should be practical - relating human rights to learners' real-life experience and enabling them to build on human rights principles found in their own cultural context".

[UNESCO \(2006, p.6\)](#)

Margarida Sónia Marinho do Monte Silva e Maria de Nazaré Tavares Zenaide, no âmbito das suas carreiras docente e académica no Brasil, explicam como implementar um **Plano de Acção em Educação em e para Direitos Humanos na Educação Básica** (2007).

[Disponível on-line »](#)

O **Manual on Human Rights Education "Understanding Human Rights"**, cuja 2ª ed. foi publicada em 2006 por Wolfgang Benedek do [European Training and Research Centre for Human Rights and Democracy \(ETC\)](#), na Áustria. Este documento foi criado como manual de Educação para os Direitos Humanos, com a intenção de abranger diversas regiões, culturas e grupos sociais a nível mundial.

A primeira parte deste manual apresenta os conceitos e princípios nucleares dos direitos humanos. Seguem-se exemplos concretos sobre os direitos organizados em módulos, que exemplificam a aplicação dos mesmos no nosso quotidiano. Por fim, descreve metodologias, actividades e enumera recursos para a exploração e ensino destes direitos.

[Disponível on-line em inglês »](#)

Também de 2006, mas da [UNESCO](#), a publicação **Plan of action for the first phase (2005-2007) of the World Programme for human rights education** propõe uma estratégia concreta e orientações práticas para a implementação da educação para os direitos humanos nas escolas primárias e secundárias.

[Disponível on-line em inglês »](#)

O documento **Unesco & Human Rights Education** é sobre o direito à educação e mais precisamente à educação para os direitos humanos, assim como sobre a acção da UNESCO neste âmbito.

[Disponível on-line em inglês »](#)

ABC: Teaching Human Rights - Practical activities for primary and secondary schools, editado pelas Nações Unidas em 2003.

[Disponível on-line em inglês »](#)

"La construcción y fortalecimiento de la cultura de paz implica el conocimiento, respeto, protección y desarrollo de los derechos humanos: tanto los civiles y políticos, como los derechos económicos, sociales y culturales sin distinción alguna. Asimismo, es necesario promover mediante la educación en derechos humanos una actitud permanente y natural de respeto a los valores y principios de los derechos humanos.

Declaración de Antigua (Guatemala) sobre los Derechos Humanos y la Cultura de Paz, 1996".

[UNESCO e FLACSO \(2003, p. 6\).](#)

O **Guía de Educación en Derechos Humanos**, documento editado em 2003 pela [República Dominicana de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, Ciencia y Cultura \(UNESCO\)](#) e pela [Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales \(FLACSO\)](#) está organizado em 20 lições sobre os princípios básicos dos direitos humanos universais. Destina-se a professores e formadores. [Disponível on-line »](#)

Aprendendo Sobre os Direitos da Criança e do Adolescente com Deficiência: Guia de Orientação a Família, Escola e Comunidade foi editado no Brasil em 2003 pela [Save the Children Suécia](#).

"O presente guia foi escrito numa linguagem acessível, simples e bastante prática, a fim de estimular seu uso contínuo em casa, na sala de aula e na comunidade. Ou seja, gostaríamos que qualquer pessoa que se torne adepta do movimento em defesa da Convenção dos Direitos da Criança e dos direitos das pessoas com deficiência possa usar o conteúdo deste guia com facilidade. Nosso objectivo é, ao mesmo tempo, disseminar e ensinar os direitos da criança. Disseminar histórias de violação dos direitos estabelecidos na Convenção dos Direitos da Criança que foram (e são) quotidianamente vividas por crianças e jovens com deficiência. Ensinar como proceder para defender seus direitos".

[Disponível on-line »](#)

O [Instituto de Inovação Educacional](#) publicou, em 2000, o manual **Educação para os Direitos Humanos**, que apresenta as "Questões mais frequentes sobre a Educação em matéria de Direitos Humanos", "Propostas de Actividades" e "Textos Fundamentais". Neste último capítulo constam os seguintes documentos:

- a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**;
- o **Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos Sociais e Culturais**;
- o **Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos**;
- e a **Convenção sobre os Direitos da Criança**.

[Disponível on-line »](#)

Também do IIE, **Direitos Humanos: Guia anotado de recursos**, publicado em 2001, constitui-se como instrumento auxiliar para professores, educadores e formadores que desenvolvem actividades na área da Educação para os Direitos Humanos.

[Disponível on-line »](#)

O manual **Direitos Humanos e Aplicação da Lei - Manual de Formação em Direitos Humanos Para as Forças Policiais**, da autoria do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, publicado em 2001, contém informação aprofundada sobre as fontes, sistemas e normas de direitos humanos relativas à aplicação da lei, bem como orientações práticas nesta área, incluindo em anexo o texto de diversos instrumentos internacionais.

[Disponível on-line »](#)

Marta Santos Pais publicou, em 1999, **A Human Rights Conceptual Framework for UNICEF**, que situa a acção desta última organização no universo das Nações Unidas e dos direitos humanos. A UNICEF surge como o organismo das Nações Unidas que, baseando-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, defende especificamente estes direitos em relação à Infância.

[Disponível on-line em inglês »](#)

Direitos Humanos e Serviço Social: Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social é uma publicação editada pela [Organização das Nações Unidas](#) em 1999.

[Disponível on-line »](#)

Sobre Educação para os Direitos da Criança recomendamos

O **Mundo de Dina** é um software multimédia interactivo on-line elaborado por [Save the Children Suécia](#) para crianças de 7 a 13 anos, que explica a Convenção sobre os Direitos da Criança, de uma forma compreensível e atraente.

Sugere actividades para serem utilizadas no âmbito escolar. Através da página Web de DINA as crianças terão a oportunidade de conhecer seus direitos de uma maneira dinâmica e atraente, através da Internet.

Quanto à metodologia das actividades sugeridas, são considerados os seguintes aspectos:

1. Tem como ponto de partida a experiência das próprias crianças e adolescentes;
2. São trabalhados direitos centrais propostos na Convenção.
3. Desenvolve habilidades e atitudes em prol do respeito e a promoção dos direitos da criança.

[Disponível on-line »](#)

Rolf Gollob and Peter Krapf são os autores da publicação **Exploring children's rights: Nine short projects for primary level**, editada pelo [Conselho da Europa](#) em 2007. Este manual foi concebido para professores do ensino básico que procuram actividades sobre a temática dos Direitos da Criança para a sala de aula.

[Disponível on-line em inglês »](#)

Children's rights: A teacher's guide foi publicado em 2006 pelo [Save the Children Fund](#). Fornece instrumentos necessários ao ensino dos Direitos da Criança na sala de aula. Além de informação prática sobre esta temática e sobre a sua importância para a sociedade, este guia também sugere formas de introduzir este tópico no programa escolar e incorporar os direitos na rotina pedagógica.

[Disponível on-line em inglês »](#)

A UNICEF publicou em 2003 um documento de apoio aos professores para o ensino dos Direitos das Crianças, **Assessment of learning about the UN Convention on Rights of the Child**. Inclui lista de recursos on-line.

[Disponível on-line em inglês »](#)

A [Oxfam Education](#) oferece um conjunto de oito planos de aulas sobre os Direitos da Criança para alunos com idades entre os 8 e os 10 anos:

[Disponíveis on-line em inglês»](#)

A [UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância](#) disponibiliza vários documentos sobre os Direitos da Criança:

Conhece os teus Direitos – um desdobrável em linguagem acessível que explica a Convenção dos Direitos da Criança às crianças.

[Disponível on-line »](#)

Convenção sobre os Direitos da Criança – As perguntas dos pais

[Disponível on-line »](#)

A [Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco](#) disponibiliza para crianças **Uma Aventura na Terra dos Direitos** quer em forma de banda desenhada quer como conto.

[A BD disponível on-line »](#)

[O Conto disponível on-line »](#)

Legislação

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Aprovação para ratificação: Diário da República, I Série A, n.º 57/78, de 9 de Março de 1978, mediante aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

[Disponível on-line »](#)

Convenção sobre os Direitos da Criança

Aprovação para ratificação: Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, de 12 de Setembro, publicada no Diário da República, I Série A, n.º 211/90.

[Disponível on-line »](#)

Constituição da República Portuguesa, Parte I - Direitos e deveres fundamentais

[Disponível on-line »](#)

Documentação IAC

Disponibilizamos no nosso Serviço de Documentação o **Guia dos Direitos da Criança** de Aurora Fonseca e Ana Perdigão, 2ª ed. do Instituto de Apoio à Criança, de 1999. **Informamos que no início de 2009 será publicada a 3ª edição desta publicação, devidamente revista e actualizada.**

A publicação **O Superior Interesse da Criança na perspectiva do respeito pelos seus direitos**, foi elaborada em 2008 com o contributo de diversas personalidades credenciadas na área dos Direitos da Criança e subscrito por pessoas de diferentes áreas profissionais (juristas, pediatras, pedopsiquiatras, psicólogos, educadores, professores, sociólogos, entre outros).

Neste documento propõe-se a consagração legal expressa do direito da criança à preservação das suas ligações psicológicas profundas e à continuidade das relações afectivas gratificantes e de seu interesse, direito reconhecido com base no aprofundamento dos conhecimentos científicos actuais.

Aconselha-se, também, reafirmar o direito da criança a ser ouvida, a garantir a livre expressão do seu pensamento e a participação nas decisões que lhe dizem respeito que o art.º 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança reconhece sem qualquer limite de idade, e já consagrado na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

[Disponível on-line »](#) [Mais informações aqui »](#)

O [Instituto de Apoio à Criança](#) publicou **Os Direitos das Crianças** com poema de Matilde Rosa Araújo e ilustrações de André Carvalho, André Letria, Cristina Valadas, Danuta Wojciechowska, Fátima Afonso, Gémeo Luís, João Fazenda, João Fazenda, João Vaz de Carvalho, Marta Torrão e Teresa Lima.

[Disponível on-line »](#)

CASTILHO, Clara et. al. - **O IAC e os Direitos Humanos: a força dos testemunhos**. Boletim IAC n.º 89 (Jul.-Set. 2008), Separata n.º 25.

[Disponível on-line »](#)

Efeméride da Convenção da sobre os Direitos da Criança. Notícia publicada em www.iacrianca.pt em 2008/11/20.

[Disponível on-line »](#)

CASTILHO, Clara - **João dos Santos Humanista e Pioneiro na Defesa dos Direitos da Criança**. Boletim IAC n.º 88 (Abr.-Jun. 2008), Separata n.º 24.

[Disponível on-line »](#)

IAC 25 Anos. Boletim IAC n.º 87 (Jan.-Mar. 2008), Separata n.º 23.

[Disponível on-line »](#)

SIRGADO, Matilde - **Projecto Rua no Parlamento Europeu: Estratégia para a Promoção dos Direitos das Crianças**. Boletim IAC n.º 81 (Jul.-Set. 2006), p. 5.

[Disponível on-line »](#)

Direitos Da Criança: Resolução Adoptada em 20 de Novembro de 1959, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Boletim IAC n.º 64 (Abr.-Jun. 2002), Separata, p. 4.

[Disponível on-line »](#)

Mais websites sobre o tema

Educação para os Direitos Humanos	Educação para os Direitos da Criança
Enciclopédia Portuguesa de Direitos Humanos Online	Unicef Portugal
Universal Declaration of Human Rights (UNESCO)	Conhece os teus Direitos (Site Júnior.te.pt)
Projecto "Viver os Direitos Humanos" (Parceria Ministério da Educação e Amnistia Internacional)	Child Rights Information Network
DHnet - Rede de Direitos Humanos & Cultura (Brasil)	CRIN A to Z of child rights
Oikos - Cooperação e Desenvolvimento (Livros e Material Didático)	Know your rights 2008: Children's Corner
AI Kids (Amnesty International USA)	Unicef CRC@18 (Children's rights Cartoons and Videos, Child rights in Second Life, Teachers' resources)
Front Line's Online Manual for Human Rights Defenders	Unicef kidsrights.ie
United Nations Decade for Human Rights Education (1995-2004)	Unicef Voices of Youth
Sketching Human Rights Cartoon Exhibit	UNICEF Magic
Lift Off: A cross border human rights education initiative for primary schools.	Early Childhood Australia- Teaching for children's rights
Compasito – Manual on Human Rights Education for Children	Children's Rights Alliance (Irlanda)
COMPASS - A manual on human rights education with young people	Portal Europeu da Juventude: Os teus direitos
Human Rights Information and Documentation System	Les Droits de L'Enfant
Human Rights Links	Copain du monde: le mouvement d'enfants du Secours populaire français - droits de l'enfant
<p>www.droitspartages.net – o site francês Droits Partagés traça a evolução dos direitos humanos para os direitos da criança. Disponibiliza materiais pedagógicos.</p>	

Seminários/Conferências/Congressos

Conferência " Os conflitos parentais e a Regulação Judicial do Poder Paternal. O Síndrome de Alienação Parental, uma forma de Maus-tratos"

Organização: Ordem dos Advogados – Conselho Distrital de Lisboa, em parceria com ACOLHER – Associação de Apoio à Família e aos Pais e Filhos separados.
Data: 16 de Dezembro de 2008; Local: CDL - Auditório Angelo d' Almeida Ribeiro. [Mais aqui»](#)

"Contextos Educativos na Sociedade Contemporânea"

Organização: Associação Portuguesa de Sociologia. Data: 23 e 24 de Janeiro de 2009; Local: Lisboa. [Mais aqui»](#)

Ciclo de Conferências em Sociologia da Infância sobre "Infância e Espaço Público"

- **18 de Dezembro, 2008**

João Teixeira Lopes, Universidade do Porto: Faculdade de Letras
"Espaço Público e Gerações."

- **15 de Janeiro, 2009**

Virginia Morrow, Universidade de Londres, Inglaterra: Instituto de Educação
"Methods and ethics of research with children about their environments."

- **12 de Fevereiro, 2009**

Rita Marchi, Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina, Brasil
"Radicalização do processo histórico de individualização das crianças e a crise social da infância."

- **12 de Março, 2009**

Ivan Pascual Rodríguez, Universidade de Huelva, Espanha: Departamento de Sociologia e Trabalho Social
"La mirada sociológica: una aproximación nueva al mundo de la infancia?"

- **2 de Abril, 2009**

Allison James, Universidade de Sheffield, Inglaterra: Centro de Estudos da Infância e Juventude
"New challenges of Childhood Studies."

- **14 de Maio, 2009**

Giangi Schibotto, Universidade Alma Mater de Bolonha, Itália: Faculdade de Ciências da Educação
"El complejo camino de construcción de un espacio público para la participación, la actoría social y el protagonismo de la infancia y adolescencia."

- **4 de Junho, 2009**

Julie Delalande

Universidade da Baixa Normandia - Caen, França: Departamento de Ciências da Educação

"Les lieux des enfants."

Organização: Instituto de Estudos da Criança em colaboração com o Instituto de Ciências Sociais Local: Auditório do Centro Multimédia da Universidade do Minho.

[Mais aqui»](#)

VI Conferência Internacional de TIC na Educação - Challenges 2009

Organização: Universidade do Minho. Data: 14 e 15 de Maio de 2009. Local:

Braga: Universidade do Minho. [Mais aqui»](#). [E aqui»](#)

Cursos e Acções de Formação

Workshop Temático Pobrezas e Culturas de Inserção

Organização: ISPA. Data: 15 de Dezembro de 2008; Local: Lisboa: Sala de Actos do ISPA. [Mais aqui»](#)

Acção de Formação "Dificuldades da Aprendizagem e Perturbações do Comportamento em Crianças e Adolescentes"

Data: 6 de Janeiro a 21 de Abril de 2009; Local: Odivelas. [Mais aqui»](#)

Jornadas de Formação "Ser Criança - Crescer Gente"

Organização: Câmara Municipal de Cascais e a Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família - CrescerSer. Data: 6 e 17 de Janeiro de 2009; Local: Centro de Congressos do Estoril. Contactos: Tel. 21 481 52 73 | 74 e-mail: dde@cm-cascais.pt

Acção de Formação "Crianças e Jovens em Risco: Intervenção na Crise em Diferentes Contextos"

Data: 10 de Janeiro a 11 de Fevereiro de 2009; Local: ISPA, Lisboa. [Mais aqui»](#)

Workshop "Sobredotação"

Data: 17 de Janeiro de 2009; Local: Associação de Solidariedade e Acção Social de Santo Tirso. [Mais aqui»](#)

Se não estiver interessado em receber esta *newsletter* ou se desejar efectuar qualquer pedido relacionado com a mesma envie-nos uma mensagem para iaccdi@netcabo.pt.

Instituto de Apoio à Criança

Centro de Estudos e Documentação sobre a Infância
Largo da Memória, 14
www.iacrianca.pt

Concepção e Execução

Ana Tarouca
Pedro Pires

Telefone

213617884

Fax

213617889

E-mail

iaccdi@netcabo.pt

Centro de Documentação – de 2ª a 6ª feira, entre as 9.00 e as 16.00h, mediante marcação.